

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ARTES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Ginástica na escola como forma de inclusão de pessoas com
deficiência física

Joyce de Souza Prado
Tayane da Silva Vinhas

Jacareí/SP
2013

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ARTES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Ginástica na escola como forma de inclusão de pessoas com
deficiência física

Joyce de Souza Prado
Tayane da Silva Vinhas

Trabalho de Conclusão de Curso á
Coordenação de TCC do curso de Educação
Física da Faculdade de Educação e Artes da
Universidade do Vale do Paraíba.

Orientador: Prof^a. Dra. Bruna Oneda

Jacareí/SP
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por dar forças para continuar, sem ele nada faria sentido. A minha família por acreditar em meu sonho, principalmente a minha irmã e meu cunhado, que contribuíram em ajudar de forma direta e indireta. Aos amigos de sala, que diante de alguma dificuldade davam opiniões. E um mega agradecimento para professora Bruna Oneda, que aceitou a orientar nosso TCC, respondendo todas as mensagens e ligações. Ajudou em todos os momentos, sem reclamar e com muita paciência, sou muito grata por sua contribuição e dedicação. Continue sendo essa ótima profissional e muito obrigada. Joyce Prado

Fazendo as palavras da Joyce as minhas, só incluindo também meus pais, Alexandre Vinhas e Gislea da Conceição Silva, por me incentivarem a terminar a faculdade, a minha filha e o meu marido por compreenderem que às vezes os deixava um pouco de lado para fazer o trabalho. Tayane Vinhas

SUMÁRIO

1 Introdução.....	6
2 Justificativa.....	8
3 Objetivo Geral.....	9
3.1 Objetivos Específicos.....	9
4 Metodologia.....	10
5 Revisão de Literatura.....	11
5.1 Inclusão.....	11
5.1.1 Legislação.....	15
5.1.2 Temas Transversais.....	17
5.2 Deficiências Físicas.....	19
5.3 Ginastica Geral.....	21
6 Considerações Finais e Conclusão.....	25
8 Referencias Bibliográfica.....	26

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de ajudar na conscientização dos professores, alunos e sociedade, sobre a inclusão de crianças com Deficiência Física na escola, utilizando a Ginástica Geral como ferramenta, e valorizar a importância da inclusão na escola, auxiliar de forma positiva no desenvolvimento físico e sócio cultural do aluno. A inclusão junto com a Ginástica Geral, permitiu que os alunos com carências educacionais especiais, tenham suas necessidades atendidas por meio de recurso físico, material e humano, para que possam em igualdade de condições, adquirirem conhecimentos, habilidades e atitudes importantes para sua inserção no mundo social e do trabalho. Este estudo foi construído através de uma revisão de literatura desenvolvido a partir de leituras de diferentes autores. A inclusão só será definitiva quando houver uma mudança no ensino, com a ajuda da política que deve garantir matérias e recursos aos alunos, fazendo que todas as pessoas envolvidas, tenham consciência para edificar saberes a partir das limitações dos seres, habilidades e competências.

Foram usadas as seguintes palavras-chave: Inclusão, ginástica geral, deficiência física.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como relevância a inclusão de crianças com deficiência física na escola, usando a ginástica geral de forma estratégica, e mostrar também a necessidade de incluí-la no currículo escolar.

Inclusão é um modo de acolher todas as pessoas no sistema de ensino, sem exceção, independentemente de cor, classe social, condições físicas ou psicológicas. É uma verbalização dos tempos atuais, também vem ganhando feitiço e lugar em diversos campos e na sociedade (SEABRA JR, 2004).

Deficiência Física, é o nome dado à característica dos problemas que ocorrem no cérebro ou sistema locomotor, e levam a um mau funcionamento ou paralisia dos membros inferiores e/ou superiores.

A função da ginástica geral na escola, não pode se limitar somente às características da área, ao considerar o corpo/movimento como meio e fim da educação para todos, incluindo Pessoas com Deficiência (PCD). (DARIDO, 2003).

De acordo com Paulo Freire (1996) todo professor na área da educação, devem entender que ensinar não é somente transferir seu conhecimento, mas fazer com que o aluno faça sua própria produção e construção.

É importante lembrar, que são poucos os trabalhos encontrados na literatura que tratam do tema proposto. Diante desta realidade, este trabalho tem intuito de ajudar e entender o significado de inclusão, e também ajudar os professores, os alunos e a comunidade, a entenderem as atividades propostas e de que forma positiva, elas irão desenvolver a parte motora da criança.

2 JUSTIFICATIVA

Justifica-se pela necessidade dos cidadãos, conhecerem melhor as condições pelas quais se submetem os PCDs para poderem buscar

conhecimento. A inclusão é fator primordial para que a situação dos PCDs melhore em todos os sentidos.

3 OBJETIVO GERAL

Verificar como pode ocorrer a inclusão do aluno com deficiência nas escolas regulares, utilizando a ginástica geral como estratégia.

3.1 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Verificar a importância da ginástica geral como forma de inclusão
- Desenvolver valores sociais
- Contribuir para melhoria da qualidade de vida dos alunos
- Conscientizar os professores, o quanto é importante haver inclusão dos PCDs.

4 METODOLOGIA

Este estudo foi construído através de uma revisão de literatura e desenvolvido à partir de leituras de diferentes autores. Foram realizadas pesquisas bibliográficas por meio de livros, Google acadêmico e artigos de revistas científicas.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 INCLUSÃO

Na década de 90 na Tailândia, houve uma conferência mundial sobre a educação para todos, onde ficou estabelecido que todos teriam direito à educação básica, independente da classe social ou situações físicas ou mentais. No mesmo ano no Brasil foi criado o Estatuto da Criança e do adolescente e então, a inclusão começou a ser pensada. No ano de 1994 na Espanha foi assinada a Declaração Salamanca, onde representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais, reafirmaram um documento de garantia dos direitos educacionais, sem nenhuma discriminação. Com todas essas iniciativas, ajudaram a promover a integração entre os alunos, ajudando-os a conquistarem seu espaço (BATTIST, 2002).

“A inclusão não é simplesmente inserir uma pessoa na sua comunidade e nos ambientes destinados a sua educação, saúde, lazer, trabalho. Incluir implicar acolher a todos os membros de um dado grupo, independente de suas peculiaridades, é considerar que as pessoas são seres únicos diferentes uns dos outros, e, portanto, sem condições de serem categorizadas” (MANZINI, p.24 2000).

A inclusão contribui para varias transformações, não só dentro da sociedade, mas também para o próprio deficiente. A sociedade tem que se adaptar as limitações das Pessoas com Deficiências (PCDs) (SASSAKI, 1997).

Para Aranha (2002), inclusão escolar significa o processo de permitir que os alunos com carências educacionais especiais, tenham suas necessidades atendidas por meio de recurso físico, material e humano, para que possam em igualdade de condições, adquirirem conhecimentos, habilidades e atitudes importantes para sua inserção no mundo social e do trabalho.

Os profissionais da área da educação devem assumir e acreditar nas mudanças, ajudando a escola a se tornar uma instituição inclusivista, sendo que ela é umas das principais responsáveis pela inclusão, junto à família e igreja, todos com papéis importantes. (THOMA, 1998)

O movimento da inclusão no Brasil é muito recente e tem como interesse construir uma sociedade para todos, sem discriminação. (RABELO, 1999)

Segundo Vygotsky apud RABELO (1999) uma PCD não é uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente. Desta forma, o objetivo da educação deve ser um só, desenvolver e construir um conhecimento, para transformar uma realidade de forma efetiva.

Segundo Nogueira (1994) inclusão é respeito, cooperação e solidariedade, isso auxilia a enfrentar os obstáculos do dia-dia, também auxilia na ramificação desse aspecto junto à sociedade.

Para uma escola se tornar inclusiva, precisa ter professores e uma equipe de gestão capacitada, precisa também rever suas estruturas, organização, seus projetos pedagógicos, suas metodologias e as estratégias de ensino (GLAT, 2007).

De acordo com Paulo Freire (1996), todo professor na área da educação tem que entender, que ensinar não é só transferir conhecimento, mas também fazer com que o aluno faça sua própria produção e construção.

“A educação inclusiva é o processo de adequação das escolas a realidade da diversidade humana, a inclusão se baseia em princípios como: a aceitação das diferenças individuais como atributo e não como obstáculos, valorizar cada pessoa como ela é e a convivência dentro da diversidade humana” (RODRIGUES, p.18, 2010).

Conforme aponta Galvão (2001), o ser humano se estabelece por meio de suas influências mútuas e convivências em geral, exercitando seu pensamento que o ajudará a conviver melhor.

A exclusão é associada à várias características como: habilidades motoras, desempenho esportivo, doenças crônicas, deficiências físicas, raça, etnia, classe social, crença, idade, além disso pode ser gerada pela violência. Pode também

se originar de distúrbios comportamentais, dentro ou fora do conjunto escolar (PERRENOUD, 2000).

Segundo William e Susan (1999), a exclusão nas escolas causa constrangimento e discriminação social. A educação inclusiva é a técnica para atender às necessidades dos alunos, independente da deficiência, origem socioeconômica ou cultural.

Conforme Glat (1998), a inclusão é compreendida em três etapas, ou seja, a preparação, a jornada e a chegada. Na primeira etapa existe o planejamento, a organização e os caminhos à serem percorridos. Na jornada, certamente haverá obstáculos, de modo que se torna necessário outros membros participantes, para que se dividam as descobertas, possibilidades, alternativas, revisando o que foi planejado para enfrentar fatores novos. Assim, na chegada, podem-se presentear com experiência, saberes e expectativas de novas viagens.

Os valores surgem como uma garantia, proibindo moralmente que nos transformemos em algo usado e manipulado pelos outros. Com isso, a escola deve criar um senso e uma consciência moral nos alunos, para evitar situações de violência, discriminações, exclusões e do fenômeno *bullying* (MORIN, 2005).

No contexto pedagógico, não existem dúvidas de que a escola pública teria qualidade e condições necessárias, para desenvolver trabalhos de forma que garanta o conhecimento para todos os alunos, com várias particularidades.

Na realidade são várias necessidades educativas, que normalmente só são atendidas em escolas especiais (MIRANDA, 2002).

Com isso, as indiferenças reforçam as desigualdades e, por isso, precisamos expandir as oportunidades, para que todos possam desfrutar de novos conhecimentos e novas experiências, e também diferentes fatores devem ser reconsiderados para analisar o processo de inclusão nas escolas.

“Participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações” (PEDRINELLI, p.80, 2002).

Desta forma, os autores acima apontam a importância de se desenvolver uma reflexão pedagógica, sobre os valores como: solidariedade, tolerância às diferenças, cooperação, liberdade de expressão dos movimentos, igualdade de condições e oportunidades.

5.1.1 LEGISLAÇÃO

Além disso, não podemos deixar de citar a importância da legislação, para o atendimento dos PCDs, que ajuda à promover a igualdade e os direitos.

Em 1978, destaca o artigo 1º, onde diz que todo deficiente pode utilizar a prática da educação física no sistema educativo, fazendo assim uma mudança na área de formação para professores. A direção governamental deixa claro, que deve se ajustar e cumprir as orientações, utilizando o espaço presente, sem modificar a estrutura já montada. Devendo-se encaixar propostas pedagógicas de acordo com as faixas etárias (MEC, 2005).

No Brasil, em 20 de Dezembro de 1996, foram criadas leis que abrangeram a igualdade de condição para acesso e permanência na escola, liberdade para aprender e ter o direito de viver em sociedade, como qualquer outra pessoa (BRASIL, 1997).

- Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) n. 4.024/61, n. 5.692/91, n. 9.394/96, em seus vários segmentos;
- Declaração no Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência (1981), Congresso Brasileiro do Esporte para Todos (1982);
- Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração de Pessoa Deficiente (1985).
- Criação da Coordenadoria para a Integração de Pessoas Portadora de Deficiência
- Resolução 03/87 instituindo disciplinas relativas á PNE nos currículos dos cursos de graduação de Ed.Física;
- Lei 7.853, de 1989, dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social (educação, saúde, recursos humanos, acessibilidade).
- Estatuto da Criança e do adolescente, de 1990
- Íntegra da Declaração de Salamanca, de 10 de junho de 1994, sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais

- Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 - I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII - valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX - garantia de padrão de qualidade;
 - X - valorização da experiência extra-escolar;
 - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.
- Art 58: Corresponde ao deficiente no ensino regular, onde o deficiente tem o direito ao apoio especializado, atendimento quando as necessidades da integração do aluno PCDS, não forem correspondidas.
- A Lei 11.133, de 14 de julho de 2005, institui o dia 21 de setembro como o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência.

Diante da lei de diretrizes e bases (Ldb 9394/96), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), que tem ênfase de uma escola para todos, onde o deficiente tem a possibilidade de ultrapassar seus limites físicos e acadêmicos, e posicionarem seus direitos na sociedade (MANTOAN 1997).

Todas essas legislações implantadas durante todos esses anos contribuíram para o desenvolvimento da inclusão, mas pouco tem influenciado no ambiente escolar (FLORENCE, 2002).

5.1.2 TEMAS TRANSVERSAIS

Os temas transversais também colaboram com as questões sociais no espaço escolar, também apoiam o princípio da inclusão ajudando o corpo docente a auxiliar na organização desses conhecimentos. A inclusão se refere a uma educação conduzida para todos independentes de suas habilidades e capacidades dando – nos a ideia de não exclusão (BUSQUETS, 1998).

A inclusão dos Temas Transversais estabelece, assim, uma tomada de atitude diante das dificuldades na vida social, isso promove um pensamento sobre o ensino e a aprendizagem e seus conteúdos: como valores, procedimentos e concepções a eles relacionados (BRASIL, 1997).

Os temas transversais englobam vários temas como: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade), Meio Ambiente (Os ciclos da natureza, sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental), Pluralidade Cultural (Pluralidade Cultural e a Vida das Crianças no Brasil, constituição da pluralidade cultural no Brasil, o Ser Humano como agente social e produtor de cultura, Pluralidade Cultural e Cidadania), Saúde (autocuidado, vida coletiva), Orientação Sexual (Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente Transmissíveis), ajudando a introduzir sua inclusão no currículo escolar.

“Os temas transversais destinam-se a superar alguns efeitos perversos – aqueles dos quais a sociedade atuais. Estas questões devem ocupar um lugar secundário no ensino, Introduzir no ensino as preocupações mais agudas da sociedade atual não significa deslocar as matérias curriculares, embora a vigências e a adequação de muito de seus conteúdos sem dúvida deverão ser revisadas, em alguns casos porque são de valor

formativo duvidoso e em outros porque contradizem claramente os princípios subjacentes aos temas transversais, valoriza a paz exaltando e não a guerra” (BUSQUETS, 1998, p. 36).

Os temas propõe a integração e abre espaço para a inclusão que proporciona aprender sobre a realidade com a discussão, dando uma dimensão no social e na educação. Por isso, a importância da abordagem, que permitiria ao aluno aprender sobre a realidade. A ética é inserida no cotidiano dos alunos, e vem junto explorado pela educação física, e as demais disciplinas formais, elas contribui para a formação de um aluno responsável e consciente. O papel da escola é facilitar a integração através da transversalidade (BRASIL, 1998).

5.2 DEFICIÊNCIAS FÍSICA

Deficiência física, refere-se à problemas motores nos membros superiores e inferiores ou algum tipo de deformação nos membros. A deficiência física pode ser adquirida, como por exemplo, num acidente de trânsito, onde o individuo perde os movimentos ou ocorre uma amputação. Pode ser também congênita, como por exemplo, um bebê que nasceu com uma deformidade (BRASIL, 2004).

Segundo CONSTANT (2010), a deficiência tem a seguinte classificação:

Monoplegia, condição rara em que apenas um membro é afetado.

Diplegia, quando são afetados os membros superiores.

Hemiplegia, quando são afetados os membros do mesmo lado.

Triplegia, condição rara em que três membros são afetados.

Tetraplegia/ Quadriplégica, quando a paralisia atinge todos os membros, sendo que a maioria dos pacientes com este quadro apresenta lesões na sexta ou sétima vértebra.

Paraplegia, quando a paralisia afeta apenas os membros inferiores, podendo ter como causa resultante uma lesão medular torácica ou lombar. Este trauma ou doença altera a função medular, além de déficits sensitivos e motores, alterações viscerais e sexuais. Quando a paralisia atinge todos os membros, as maiorias dos pacientes com este quadro apresentam lesões na sexta ou sétima vértebra.

Em 1950, criaram AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente) que cuida de crianças com problemas físicos. Por causa de suas deformações os deficientes não podiam praticar as aulas de Educação Física, então em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial, que propôs que os deficientes poderiam participar da educação escolar (CARMO, 1991).

A ONU (Organização das Nações Unidas) declarou em 1981 o dia Internacional do deficiente, sendo assim modificando a educação, preservando a integridade do deficiente. Todos os deficientes poderão participar e se integrar do convívio com sociedade usufruindo das informações educação, cultura, projetos

urbanismo, pratica esportiva, tratamento e com profissionais capacitados para atender as necessidades ajudando de melhor o deficiente (CARMO, 1991).

Participar da ação inclusiva é tratar com respeito e levar em conta as diferenças, criando possibilidades de aprendizado em diversas ideias, ações e sentimentos (PEDRINELLI, 2002).

Segundo Hawes (1991), afirma que não basta apenas ensinar, o educando deve participar no convívio social, e é através da escola que a sociedade vai se adaptar, modificar e colaborar.

Atividade física para o PCD é muito importante, garante uma vida saudável, possibilita ultrapassar seus limites, que apesar de suas imperfeições eles são capazes de fazer qualquer coisa, comparando a uma pessoa normal. O professor deve ter em mente, que todos têm seus limites, devendo respeitar cada um deles. As crianças têm o mesmo direito à prática das atividades físicas, onde ela descobrirá seus limites (SIVADON, 1988).

Para se iniciar uma atividade com um PCD o profissional terá que começar com exercícios simples, visando sempre respeitar o limite de cada pessoa, quanto mais a pessoa fizer os exercícios ela terá uma melhora nas suas habilidades físicas, aperfeiçoando cada vez mais a sua coordenação motora (BARSA, 2001).

Pessoas com deficiência que praticam atividade física têm uma evolução positiva, como atividades em grupo, lazer, esses tipos de atividades faz a vivencia e trabalha o prazer (CORREA, 2001).

Os Alunos PCDs deveram ir à escola não só para ser educado, mas para se expressar, movimentar, vivenciar e serem estimulados. A educação Física pode se dizer que é uma área de responsabilidade, pois onde o aluno irá conhecer seus limites e a construção específica do seu corpo.

A Educação física tem como alvo trabalhar células nervosas que trabalham na contração muscular, que vão ajudar no desenvolvimento dos PCDs, e também ajustar o modo de ensino, e respeitar o desempenho intelectual do aluno (DUARTE, 1995).

Segundo Duarte (1995), ninguém deve ter nenhuma discriminação, participando do ensino regular utilizando os trabalhos pedagógicos para seu desenvolvimento.

5.3 GINÁSTICA GERAL

A Ginástica Geral (GG) teve suas evidências na Grécia, onde defendia a prática ao ar livre, boa alimentação e o alongamento, e tinha como atuação o corpo e a beleza. Conforme o nível do exercício iria aumentando, o atleta, ganhando de forma positiva mais massa muscular e força (AYOUB, 2001).

A Ginástica Geral (GG) é uma modalidade diferente das outras, não é competitiva, a GG é voltada para a educação e o lazer, onde qualquer pessoa de qualquer idade participe, sobretudo pelo prazer que sua prática proporciona, ajuda também a desenvolver o condicionamento físico, a integração social e o psicológico, a sua prática é sem fins competitivos (AYOUB, 2001).

Para Souza (1997), a GG é uma cultura corporal de diferentes interpretações, que engloba outras ginásticas como (Artística, Rítmica Desportiva, Aeróbica, Natural, Construída, etc.) e junto à expressão corporal (Dança Folclore, Jogos, Teatro, Mímica, etc.) os participantes podem criar livremente suas coreografias isso ajudará na integração social.

“Acreditamos que a GG é uma atividade onde toda criança tem a oportunidade de descobrir seu corpo, tomar consciência do que ele faz e principalmente do que ele é capaz” (GLOMB, p.45-46, 2001).

A GG ajuda com diferentes possibilidades na hora da integração, ajudando a superar suas dificuldades, respeitando suas limitações e seus valores culturais, e é um grande facilitador na hora da inclusão (SOUZA, 1997).

Os pilares fundamentais constituídos pela Federação Internacional de Ginástica (FIG), na GG não tem finalidade competitiva, promover a integração, não possui regras, sem distinção de idade e gênero (AYOUB, 2003).

"Umas das características fundamentais da GG, pois consolida o trabalho grupal refletindo o esforço coletivo, e reforçando a sensação de pertencer a um grupo que, ao mostrar-se busca o reconhecimento de seus pares. (...) ao ser apresentado transforma-se numa ótima oportunidade de avaliação, transformações superação."
(Souza, p.25-26, 1997).

Gutsmuths teve a ideia de juntar todos os conceitos já existentes, para aplicação da ginástica nas escolas, criou então um programa dando importância na metodologia de cunho pedagógico. A partir daí a ginástica entra como Educação Física, como uma disciplina escolar com seus objetivos, conteúdos e métodos (AZEVEDO, 1990).

"Gutsmuths, o criador do ensino da ginástica nesse país, foi o primeiro que, desenvolvendo o Instituto criado por Basedow, traçou um programa de ginástica racional e a erigiu numa disciplina especial, tendo suas regras, seus princípios científicos e seu método pedagógico".
(AZEVEDO, p.100-101, 1990).

A Ginástica escolar está praticamente abolida, devido a uma série de fatores que dificultaram o seu desenvolvimento, uma delas a falta de conhecimento dos professores sobre o tema. A saída é reverter esse problema e não simplesmente abandonar este conteúdo, apontado como um efetivo convite para resgatar determinados princípios da ginástica, isso aumenta a possibilidade da prática (AYOUB, 2003).

"A primeira escola dos tempos modernos (que teve) um cunho profundamente democrático, pois seus alunos provinham indiferentemente de todas as camadas

sociais. Foi também a primeira escola a incluir a ginástica no currículo, no mesmo plano das matérias chamadas teóricas ou intelectuais". (SOARES, p.90-100, 1994).

Uma ginástica escolar inclusiva tem a ver com uma atuação evolutiva e educativa, não somente com as técnicas esportivas deixando de lado valores universais como respeito mútuo, cooperação e afetividade (BRACHT, 2002).

O Professor de Educação Física deve ser cauteloso ao alcance de sua cultural e da sua prática, ele tem mais circunstância de realizar um trabalho mais qualificado, por encontrar – se ligado com a realidade sociocultural (BRACHT, 2002).

O professor de Educação Física como profissional deve se preocupar com a qualidade de vida dos alunos, pode utilizar atividades regulares e adequadas, que visa o bem estar, as aulas como um espaço interativo que os alunos tenham liberdade de se movimentar, criar, errar e reaprender conteúdos significativos para sua vida, e aprender a conviver com os PCDs (BRASIL, 2001).

A ginástica geral entre outros objetivos deve incluir: a melhoria da qualidade física, o crescimento das habilidades, a capacidade ao acesso, o estímulo das funções dos membros, por meio dessas atividades criarem novas possibilidades e convence-se que todas as tentativas são válidas, mesmo quando não seja aquilo que esperava, com isso fará diminuir o sentimento de frustração (SILVA, 2008).

“A ginástica é a ciência racional de nossos movimentos, de suas relações com nossos sentidos, inteligência, sentimentos e costumes, e o completo desenvolvimento de nossas faculdades. É a ciência do movimento racional, sujeito a uma disciplina e a um fim prático” (MATTOS, p.50-55, 2005).

A ginástica escolar para as pessoas com deficiência proporciona muitos benefícios, independente do tipo de deficiência, como a prevenção das enfermidades, testarem seus limites, possui como uma terapia e tem benefícios tanto no espaço físico quanto no psíquico, e a sua integração social com os

demais alunos que não são deficientes. No físico pode se ganhar agilidade no manípulo da cadeira de rodas, força muscular, equilíbrio, coordenação motora, resistência, e ajuda na readaptação física. Já no psíquico, integração social, melhora da autoestima, reduz a agressividade entre outros benefícios (ARAÚJO, 1998).

Segundo Soares (1994), com os avanços e a ciência moderna, a medicina no seu interesse, e no seu movimento, vem ajudar o desenvolvimento na educação, fazendo um trabalho visando o corpo associando á saúde, surge à ginástica escolar, não só para os alunos que não tem nenhuma deficiência, mas também para aqueles que sejam deficientes.

A Educação Física é responsável por oferecer, a prática motora através da ginástica, para construção de suas reflexões consciente, e de seus conhecimentos (GLOMB, 2001).

Segundo Ayonb (2001), diz que não se deve usar a ginástica como uma competição dentro do ambiente escolar, mas sim para dar divertimento, prazer, integração de seus praticantes, liberdade, expressões, criatividade.

Á Educação Física tem como conhecimento a cultura corporal, que tem como conteúdo o esporte, jogo, capoeira, e a ginástica, todos com os movimentos, que ajudará o deficiente a se desenvolver fisicamente e psicologicamente, e também proporcionar a solidariedade entre os alunos, a liberdade de expressão dos movimentos, e a cooperação (SOARES, 1992).

A ginástica tem em sua composição de elementos que são fundamentais para a contribuição do crescimento e formação da criança, também ajuda nas descobertas relacionadas ao domínio do seu próprio corpo, (BARCELLOS, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Conclui-se que este trabalho tem o intuito de ajudar a incluir os PCDs nas escolas regulares, e como proposta usará a ginástica para ajudar em seu desenvolvimento. A ginástica geral pode oferecer estímulos afetivos, cognitivos, a consciência em grupo, colaboração, segurança e a cooperação.

A ginástica pode ser considerada a condutora da saúde, através de sua prática ela possibilita novas aberturas para a interação na sociedade, através do esporte também promovem uma melhora no estado de humor, a diminuição de tensão e ansiedade, depressão por causa das limitações que o deficiente possui. A prática também proporciona o bem-estar físico e psicológico em quaisquer pessoas, deficiente ou não. Esta área do conhecimento da educação física tem por objetivo, privilegiar os PCDs e ajudar a desenvolver os psicomotores e a sua locomoção (WERNECK, 2006).

O propósito da ginástica tende a colocar uma direção, um rumo, devendo ser coerente com objetivos, sendo adequados ao desenvolvimento do aluno, também ajudando a melhorar sua autoestima e a autorealização (WINNICK, 2004).

A inclusão só será definitiva quando houver uma mudança no ensino, com a ajuda da política que deve garantir matérias e recursos aos alunos, fazendo que todas as pessoas envolvidas tenham consciência para edificar saberes a partir das limitações dos alunos, como habilidades e competências.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. **Visão histórica. Projeto Escola Viva.** Livro 1. Brasília: MEC/SEE, 2002.

AYOUB, E. **A Ginástica Geral no Contexto Escolar.** In I fórum internacional de Ginástica Geral. p. 30-35. 2001.

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e educação física escolar.** Campinas, SP: Unicamp, 2003.

AZEVEDO, Fernando. **Da Educação Física - o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** São Paulo, Melhoramentos, 1990.

ARAÚJO, P. F. de. **Desporto Adaptado no Brasil: Origem institucionalização e atualidade.** Ministério da Educação e do Desporto (INDESP), p. 140. 1998.

ABENHAIM, E. **Os Caminhos da inclusão: breve histórico.** 2005.

BATTIST, C.M. **Inclusão: Historia e Legislação.** Junho: [S.N]. p. 131-134, 2007. Disponível em: www.agora.ceedo.com.br. Acesso em: 7 de novembro 2012.

BUSQUETS, M. S. et al. **Temas transversais em educação: bases para uma formação integral.** São Paulo: Ática, 1998.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais / Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRACH, V. **Educação Física e aprendizagem social.** Porto Alegre: Magister, 2002.

BRASIL. Referência Curricular Nacional para Educação Infantil. **Estratégia e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC, 2001.

BARSA, Enciclopédia. **Temas Essenciais para a Vida: O Corpo em Forma**. 2ª ed. São Paulo: Barsa Consultoria Editorial LTDA, 2001.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm#art70>

BARCELLOS, V. R. **Necessidades de Formação dos Professores de Educação**, 2008.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARMO, Apolônio Abadio da Deficiência Física: **A sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.

CORRÊA, IvanLivindo de Senna; MORO, Roque Luiz; BAECKER, Ingrid Marianne. **Educação Física e Currículo: O Planejamento Curricular nas Escolas Publicas Municipais do Bairro Camobi; Santa Maria-RS**. Revista Kinesis, Santa Maria. n. especial. P. 22-23, nov. 2001.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância**. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.

DARIDO, S. C. **Teoria prática e reflexão na formação profissional em Educação física Motriz**, v. 1. N. 2, p. 124-8, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à prática educativa**. 24ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FLORENCE, R.B.P. **A Educação Física na rede pública no município de São João da Boa Vista - SP e o Portador de Necessidades Especiais: do direito ao alcance.** Dissertação do Mestrado – Faculdade de Educação Física, Unicamp, 2002.

GLAT, Rosana (organização). **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**, Rio de Janeiro – RJ. Editora: Letras, 2007.

GALVÃO, I. **Expressividade e Emoção: Ampliando o olhar sobre as interações sociais.** Revista Paulista de Educação Física. SP, Suplemento n. 4, p. 15-31, 2001.

GLAT, R. **A Integração social dos portadores de deficiências: Uma reflexão.** RJ. Sete Estrela, 1998.

GLOMB M. A. P. e FUGGI. **A Ginástica Geral na Educação Escolar Infantil: Uma experiência com projetos.** In Anais I fórum Internacional de Ginástica Geral, 2001.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **As Diversas Definições.** Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=83&blogid=1&itemid=396>> Acesso em 19 fev. 2010.

MANZINI, Eduardo José. **Educação Especial: temas atuais.** Marília: Marília Unesp Publicações, p.24, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2005.

MIRANDA, S.G. **INCLUSÃO X EXCLUSÃO: Determinantes histórico-sociais; tendências internacionais da inclusão e seus impactos nas políticas públicas de educação no Brasil.** Univ. Federal do Paraná, 2002.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Conselho Federal de Educação.** Resolução n. 3, Diário Oficial da União, 22 jun. 1987, p. 9.635-6. Brasília – DF.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MATTOS, M.G. **Educação Física: Construindo o movimento na escola.** SP. Fonte Editora, P.50-55, 2005.

NOGUEIRA, Madza Julia. **O aluno portador de deficiência na escola. Escola em movimento (argumento) Secretaria de Estado da Educação-São Paulo.** Coordenadoria de estudos e normas pedagógicas São Paulo. SE/CENP. 1994

PERRENOUD. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PEDRINELLI, S.A. **Possibilidade na diferença: O processo de inclusão, de todos nós.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Revista Integração, anos 14, Edição Especial, 2002.

RABELO, AnneteScotti. **Adaptação Curricular na Inclusão.** Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-ano 9, n1 21, 1999.

RODRIGUES, M.O. **Educação Especial.** p.18, 2010.

SEABRA JR, L., ARAÚJO, P.. **Inclusão e Educação Física Escolar: reflexões acerca do discurso e da realidade.** Revista Movimento e Percepção, Espírito Santo do Pinhal, v. 1, n. 2, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, Elizabeth Paoliello Machado. **Ginástica Geral: uma área do conhecimento da Educação Física.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1997.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil.** Campinas, Autores Associados, 1994.

SILVA, R.F. **Educação Física Adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional.** SP: Phorte, 2008

SOARES, C.L. **Imagens da educação no campo, estudo a partir da ginástica francesa no século XIX.** Campinas, SP. Autores Associados, 1992.

SIVADON, Paul. **Corpo e Terapêutica: uma psicopatologia do corpo.** Campinas: Papyrus, 1988.

THOMA, Adriana da Silva. **Os Surdos na Escola Regular: Inclusão ou Exclusão? Reflexão e Ação.** Vol.6, n.2, jul/dez. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1998.

WILLIAM, SUSAN. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

WERNECK, Francisco Zacaron, FILHO, Mauricio Galtás bar, Ribeiro, Luiz Carlos Scipião. **Efeitos do exercício físico sobre os estados de humor.** Revista Brasileira de Psicologia do Esporte e do Exercício. Vol. 0, p. 22-58. 2006.

WINNICK, J. P. **Educação Física e Esportes Adaptados.** Tradução da 3ª Edição, original de Fernando Augusto Lopes. Barueri, SP: Manole, 2004.